

Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

RIO DE JANEIRO

(21) 2533-1122
Rua São José, 70
Sala 170
Rio de Janeiro - RJ
20.010-900

SÃO PAULO

(11) 2229-7898
Praça Tomás Morus, 81
São Paulo - SP
01046-000

ESPIRITO SANTO

(27) 4040-4098
Rua João Da Cruz, 25
Vitória - ES
51.020-000

PARANÁ

(41) 4040-4075
Rua Francisco Rocha, 198
Curitiba - PR
80.420-130

mcsmarkup.com

Esse documento foi assinado por Romulo Carvalho Caputo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.

Rio de Janeiro - RJ.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, prejuízo do exercício de R\$ 72.945 mil (R\$ 10.539 mil em 31 de dezembro de 2024), além de apresentar passivo circulante maior sobre o ativo circulante em R\$ 103.181 mil. Esta situação indica a existência de incerteza significativa relacionada a sua continuidade operacional. A continuidade das operações da Companhia depende da capacidade de tornar seus negócios rentáveis e gerar caixa em suas atividades operacionais, bem como de sua habilidade em obter empréstimos de bancos, cotistas, partes relacionadas ou de receber aportes de capital. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na premissa de continuidade das operações, que contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades e não possuem nenhum ajuste em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria os tratou, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Receita

O reconhecimento de receita foi considerado um Principais Assuntos de Auditoria (PAA), em função de sua relevância quantitativa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e do risco significativo associado à sua mensuração e reconhecimento, especialmente no que se refere à adequada aplicação dos critérios contábeis e à ocorrência das transações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento de receita; (ii) análise dos contratos firmados com clientes, com o objetivo de avaliar os termos e condições relevantes para o reconhecimento da receita; (ii) inspeção de notas fiscais emitidas no exercício; (iii) realização de recálculos independentes para validação dos valores reconhecidos; e (iv) a análise das liquidações financeiras, buscando evidências da efetiva realização das transações.

Com base nos procedimentos de auditoria realizados e nas evidências obtidas em nossa auditoria, consideramos adequados os processos, critérios e premissas adotadas relacionados ao reconhecimento da receita, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Companhia é emissora de debêntures simples, não conversíveis em ações, cujos pagamentos serão realizados de acordo com as cláusulas contratuais da escritura de emissão.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e de seu impacto no fluxo de caixa da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção e análise da documentação e contabilização das debêntures emitidas pela Companhia, (ii) recálculo da atualização dos saldos, de acordo com as cláusulas dos Instrumentos Particulares de Escritura das Emissões de Debêntures e (iii) Inspeção da liquidação financeira para a comprovação dos pagamentos realizados no exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas com a Administração da Companhia, consideramos que o reconhecimento e mensuração das debêntures, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de março de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato doloso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existia incerteza relevante em relação a eventos ou condições que pudessem levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluíssemos que existisse incerteza relevante, deveríamos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações fossem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

Assinado eletronicamente por:
Romulo Carvalho Caputo
CPF: ***.430.257-**
Data: 31/03/2026 22:20:05 -03:00

Romulo Carvalho Caputo
Contador CRC RJ 108.577/O-4



MCS Markup Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC RJ 006917/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL**Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2025	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.677	33.677	98.150	
Contas a receber	5	22.886	22.886	28.774	
Impostos e contribuições a recuperar	12	8.547	8.547	14.181	
Adiantamentos		8.634	8.634	2.145	
Outros ativos		4.168	4.168	11.249	
Ativo circulante		77.912	77.912	154.499	
Investimentos	6	10	41.109	10	
Outros ativos		675	675	-	
Contas a receber	5	5.407	5.407	-	
Impostos e contribuições a recuperar	12	1.607	1.607	-	
Direito de uso	7	20.558	20.558	24.402	
Imobilizado	8	832.311	787.444	706.956	
Intangível	9	43.291	43.291	43.374	
Ativo não circulante		903.859	900.091	774.742	
TOTAL DO ATIVO		981.771	978.003	929.241	

PASSIVO	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2025	2025	2024
Fornecedores e contas a pagar	10	96.763	96.763	19.245	
Salários e encargos a pagar		552	552	-	
Empréstimos e debêntures	11	48.689	48.689	160.288	
Obrigações na aquisição de investimentos	13	14.526	14.526	24.328	
Impostos e contribuições a recolher	12	16.407	12.639	4.262	
Adiantamento de clientes	14	5.508	5.508	-	
Passivo de arrendamento	7	2.416	2.416	2.155	
Passivo circulante		184.861	181.093	210.278	
Obrigações na aquisição de investimentos	13	-	-	32.357	
Empréstimos e debêntures	11	663.145	663.145	477.047	
Passivo de arrendamento	7	23.104	23.104	26.124	
Impostos e contribuições a recolher	12	901	901	349	
Tributos diferidos	21	21.943	21.943	22.322	
Passivo não circulante		709.093	709.093	558.199	
Capital social	17	74.720	74.720	74.720	
Reservas de capital	17	185.436	185.436	185.436	
Prejuízos acumulados	17	(172.339)	(172.339)	(99.392)	
Patrimônio líquido		87.817	87.817	160.764	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		981.771	978.003	929.241	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2025	2025	2024
Receita Líquida	18	220.436	220.436	162.457	
Custo dos serviços	19	(128.433)	(128.433)	(93.809)	
Lucro bruto		92.003	92.003	68.648	
Despesas gerais e administrativas	19	(13.242)	(13.242)	(54.856)	
Outras receitas e despesas operacionais	19	2.716	2.716	71.583	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		81.477	81.477	85.375	
Receitas financeiras	20	8.463	8.463	14.755	
Despesas financeiras	20	(163.264)	(163.264)	(95.856)	
Resultado financeiro		(154.801)	(154.801)	(81.101)	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(73.324)	(73.324)	4.274	
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	379	379	(14.813)	
Tributos sobre o lucro		379	379	(14.813)	
Prejuízo do exercício		(72.945)	(72.945)	(10.539)	
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	17.3	(0,976)	(0,976)	(0,141)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2025	2025	2024
Prejuízo do exercício		(72.945)		(72.945)	(10.539)
Outros componentes do resultado abrangente		-		-	-
Resultado abrangente do exercício		(72.945)		(72.945)	(10.539)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		74.720	185.436	(88.853)	171.304
Prejuízo do exercício	17	-	-	(10.539)	(10.539)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		74.720	185.436	(99.392)	160.764
Prejuízo do exercício	17	-	-	(72.945)	(72.945)
Outros movimentos no patrimônio líquido		-	-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		74.720	185.436	(172.339)	87.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado		Controladora	
	2025		2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes dos impostos	(73.324)		(73.324)	4.274
Ajustes que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação e amortização	55.483		55.483	37.902
Juros provisionados	139.990		139.990	90.864
Amortização do custo de emissão das debêntures	13.161		13.161	2.509
Reversão de PECLD	(21.135)		(21.135)	18.897
Baixa de contas a receber	-		-	10.800
Baixa de intangível	-		-	1.301
Ganho por compra vantajosa	-		-	(71.583)
	114.175		114.175	94.964
Variações no capital circulante:				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(29.024)		(29.024)	(22.239)
Impostos e contribuições a recuperar	4.027		4.027	2.783
Outros ativos	(7.152)		(7.152)	(9.845)
Fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar	39.419		39.419	(24.901)
Salários e encargos sociais a pagar	552		552	-
Adiantamento de clientes	5.508		5.508	-
Impostos e contribuições a recolher	8.929		8.929	(5.656)
Outros passivos	(2.638)		(2.638)	192
	133.796		133.796	35.298
Juros pagos – arrendamentos	(1.549)		(1.549)	(3.398)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	132.247		132.247	31.900
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de ativo fixo, líquido de baixas, excluindo aquisição via M&A	(125.928)		(125.928)	(101.760)
Aquisição de ativo fixo via M&A	-		-	(105.000)
Aquisição de investimento em participação societária	(3.000)		(3.000)	(10)
Pagamento de obrigação de investimento	-		-	(21.360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(128.928)		(128.928)	(228.130)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de debêntures e empréstimos	790.000		790.000	170.000
Pagamento de debêntures – juros	(100.337)		(100.337)	(81.897)
Pagamento de debêntures – principal	(553.277)		(553.277)	(25.650)
Custo de emissão de empréstimos e debêntures	(32.129)		(32.129)	(12.323)
Pagamento de empréstimos – juros	(17.452)		(17.452)	-
Pagamento de empréstimos – principal	(153.709)		(153.709)	-
Pagamentos de arrendamentos	(888)		(888)	(1.849)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(67.792)		(67.792)	48.281
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(64.473)		(64.473)	(147.949)
Saldo inicial	98.150		98.150	246.099
Saldo final	33.677		33.677	98.150
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(64.473)		(64.473)	(147.949)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado		Controladora	
	2025		2025	2024
RECEITAS	265.280		265.280	151.052
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	244.145		244.145	180.749
Provisão/reversão para perda de créditos esperada	21.135		21.135	(29.697)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(95.251)		(95.251)	(4.971)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(37.819)		(37.819)	(32.076)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(57.432)		(57.432)	(44.478)
Ganho por compra vantajosa	-		-	71.583
VALOR ADICIONADO BRUTO	170.029		170.029	146.081
Depreciação, amortização e exaustão	(56.439)		(56.439)	(37.902)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	113.590		113.590	108.179
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.463		8.463	14.755
Receitas financeiras	8.463		8.463	14.755
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	122.053		122.053	122.934
Pessoal	2.796		2.796	145
Impostos, taxas e contribuições	25.130		25.130	34.692
Remuneração de capitais de terceiros	167.072		167.072	98.636
Prejuízo do exercício	(72.945)		(72.945)	(10.539)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	122.053		122.053	122.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Companhia" ou "Elea Digital"), anteriormente denominada Drammen RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Companhia possui operações em quatro estados do Brasil: São Paulo, Rio Grande do Sul (dois data centers), Paraná e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal (dois data centers).

A Companhia tem como principais atividades operacionais: i) desenvolvimento, construção e operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações e de valor adicionado; ii) cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; iii) prestação de Serviço de Comunicação de Multimídia – SCM; iv) prestação de serviços de Tecnologia de Informação; v) locação, manutenção e operação de equipamentos; vi) Locação de espaço físico e infraestrutura de hospedagem web (housing); vii) prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede de locação de meios físicos, e viii) a prestação de atividades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações, incluindo a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção e faturamento de sistemas relacionados a essas atividades e demais serviços de valor adicionado.

Contexto histórico

Abaixo, segue, de forma resumida, o contexto histórico desde a constituição da Companhia, a formação da "UPI Data Center" e a venda da Companhia para o Grupo Piemonte, através da Elea Digital Titan Holding S.A.

Em setembro de 2020, a Oi S.A., ("Oi") entidade em recuperação judicial, obteve aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), homologado pelo juízo da Recuperação judicial, o qual possibilitou a formação de Unidades Produtivas Isoladas ("UPIs"), mediante a segregação de determinados negócios e ativos da Companhia Oi para subsequente alienação. O PRJ previa a segregação de 5 (cinco) UPIs distintas, das quais, uma delas estava relacionada ao segmento de Data Centers ("UPI Data Center").

A Oi S.A. mantinha dentro de sua estrutura consolidada uma unidade de negócios de Data Centers cujos ativos estavam registrados nas controladas Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), Oi Móvel S.A. ("Oi Móvel") e Brasil Telecom Comunicação Multimídia. S.A. ("Brasil Telecom Multimídia").

Em setembro de 2020, em consequência da aprovação do PRJ, os Ativos, Passivos e Direitos desse segmento de data centers foram transferidos das empresas Telemar (R\$ 3.760), Oi Móvel (R\$ 69), Brasil Telecom Multimídia (R\$ 29.096) e Oi S.A. (R\$ 30.847) para a Drammen RJ Infraestrutura de Redes de Telecomunicações S.A. ("Drammen"), uma sociedade constituída na forma de sociedade por ações de propósito específico ("SPE"), formando assim a UPI Data Center.

Em 19 de outubro de 2020, foi publicado o Edital ("Edital UPI Data Center") para a venda da UPI Data Center que foi composta por 100% das ações de emissão da Drammen, cujas ações eram detidas pela Oi, Telemar e Oi Móvel.

Em 26 de novembro de 2020, a Oi divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que se realizou, no Juízo da Recuperação Judicial, a audiência para abertura de propostas fechadas apresentadas no âmbito do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, na forma e nos termos previstos no Aditamento ao PRJ e do Edital UPI Data Center.

Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma proposta fechada para aquisição da UPI Data Center, a qual foi apresentada pela Titan Venture Capital e Investimentos Ltda. ("Titan"), uma empresa do Grupo Piemonte, nos exatos termos e condições da proposta vinculante para aquisição da UPI Data Center por esta apresentada, no valor de R\$ 325.000 a ser pago da seguinte forma: (i) uma parcela à vista em dinheiro no montante de R\$ 250.000; e (ii) o valor remanescente de R\$ 75.000 em parcelas a serem pagas na forma e prazo previstos na respectiva proposta vinculante e no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações.

Em razão da apresentação da única proposta fechada para aquisição da UPI Data Center, o Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta da Titan como vencedora do procedimento competitivo de alienação da UPI Data Center, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

Em 14 de dezembro de 2020, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando que a Companhia, a Telemar e a Oi Móvel celebraram, em 11 de dezembro de 2020, junto à Titan, o Contrato de Compra e Venda de Ações Através de UPI e Outras Avenças ("Contrato"), tendo por objeto a venda da UPI Data Center à Titan, nos termos e valores já mencionados.

Nesse sentido, foi efetivada, em 12 de março de 2021, alienação da UPI Data Center à Titan, ocorrendo a transferência da totalidade das ações de emissão da SPE Data Center para a Titan, a qual, por sua vez, realizou o pagamento da parcela à vista, devendo o Valor Remanescente ser pago em parcelas, na forma e no prazo previstos no Contrato.

Em março de 2021, a controladora Elea Digital Titan Holding S.A. foi cindida parcialmente e os ativos e passivos relacionados ao investimento na Elea Digital foram transferidos para a empresa cindida Edith Networks S.A.

Em maio de 2021, a Companhia foi incorporada de forma reversa em sua controladora Edith Networks S.A. Desta forma, o controle direto passou a Piemonte Holding de Participações S.A.

Em outubro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição dos data centers do Grupo Globo, localizados na cidade e estado do Rio de Janeiro. Esta aquisição também inclui um contrato de prestação de serviços de colocation de longo prazo entre a Elea Digital e o Grupo Globo.

Em novembro de 2021, todas as ações da Companhia foram aportadas na Elea Holdings de Participações S.A. pela Piemonte Holding, como subscrição de capital social, mantendo a Piemonte Holding como a controladora final.

Em outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição dos data centers do grupo TIM localizados no HUB de tecnologia e inovação da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A operação fechada com a TIM inclui um prédio, máquinas, equipamentos e um contrato de prestação de serviços de colocation de longo prazo entre a Elea Digital e o grupo Tim.

Em 2024, a Companhia voltou a realizar aquisições estratégicas visando a expansão e fortalecimento de suas operações, com foco na ampliação de sua infraestrutura e na consolidação de sua posição no mercado. Durante o período, a Companhia negociou e formalizou a aquisição de dois data centers localizados em São Paulo, mais especificamente nas cidades de Barueri e Alphaville. As aquisições ocorreram em dois momentos distintos, sendo a de Barueri consumada em outubro e a de Alphaville em dezembro de 2024. A negociação dos ativos foi feita com a Enterprise Services Brasil Serviços de Tecnologia Ltda ("DXC").

Principais eventos e transações relacionados às demonstrações financeiras de 2025

Em outubro de 2025, a Companhia realizou a aquisição de 100% do capital social da Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações RJO2 Ltda., cujo ativo consiste em um terreno localizado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, pelo montante total de R\$ 41.099. A entidade adquirida não possui operação, sendo caracterizada pela detenção do referido ativo imobiliário.

Na data da aquisição, a sociedade adquirida apresentava passivos tributários no montante aproximado de R\$ 3.767, os quais foram considerados na mensuração do preço de aquisição, em linha com os termos e condições negociados entre as partes.

A aquisição do terreno foi realizada de forma estratégica e está alinhada ao plano de expansão das operações da Companhia, sendo o ativo destinado ao desenvolvimento do projeto "Rio AI City". Esse projeto integra a estratégia do Grupo voltada à ampliação de sua infraestrutura digital na cidade do Rio de Janeiro, com foco no desenvolvimento de soluções de data center e tecnologia.

A Administração entende que a referida aquisição contribuirá para o fortalecimento da presença da Companhia no mercado de infraestrutura digital, bem como para a geração de benefícios econômicos futuros decorrentes da implantação do projeto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto prazo e obrigações de pagamentos decorrentes de captação de recursos com as Instituições Financeiras. A Companhia reconheceu um prejuízo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 72.945 (prejuízo de R\$ 10.539 em 31 de dezembro de 2024), no entanto, gerou de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$132.247 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 31.900 em 31 de dezembro de 2024). Contudo, os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 103.181 (capital circulante líquido negativo de R\$55.779 em 31 de dezembro de 2024).

Devido a aquisição dos novos datacenters e do atual status da captação e negociação com novos clientes, bem como, das tratativas em andamento para a liquidação das dívidas, a Administração tem uma expectativa de que terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu não haver quaisquer riscos quanto a sua continuidade operacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 31 de março de 2026.

2.2. Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e dos valores justos alocados nas combinações de negócios. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.4. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem os ativos, passivos e transações da Controlada, equivalente ao percentual de participação detido pela Companhia, conforme nota explicativa nº 6. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

2.5. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 e, portanto, estão sendo adotadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações à IAS 21	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória, apresentadas a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.
IFRS 9 E IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros, com exceção da nova norma emitida pelo IASB publicada no dia 9 de abril de 2024, IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, que irá substituir o CPC 26 (R1)/IAS 1. Essa norma será obrigatória a partir de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, e espera-se que haja impactos na preparação das demonstrações financeiras do resultado.

2.6. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.7. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25		31/12/25	31/12/24
Recursos em banco e em caixa	1.009		1.009	491
Depósitos bancários de curto prazo (*)	32.668		32.668	97.659
Total	33.677		33.677	98.150

(*) As aplicações financeiras estão alocadas em instrumentos financeiros como CDB e LF de bancos de primeira linha, e que possuem liquidez imediata para conversão em caixa. Tais aplicações são todas pós-fixadas e indexadas ao CDI, remunerando o caixa da Companhia entre 100% e 110% do CDI.

Política contábil

Caixa e equivalentes incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25		31/12/25	31/12/24
Serviços prestados e faturados	26.026		26.026	49.445
Serviços prestados e ainda não faturados	2.267		2.267	464
Provisão para perda	-		-	(21.135)
Total	28.293		28.293	28.774

Os recebíveis da Elea Digital compreendem o contas a receber referente a prestação de serviços a clientes que já foram faturados e que ainda vão ser faturados. São registrados inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, pelo custo amortizado, utilizando o método de juro efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25		31/12/25	31/12/24
A vencer	17.053		17.053	23.912
Vencidos até 30 dias	2.796		2.796	6.931
Vencidos entre 31 e 60 dias	200		200	5.903
Vencidos entre 61 e 90 dias	327		327	100
Vencidos acima de 91 dias	5.650		5.650	12.599
Total	26.026		26.026	49.445

A Administração mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado e Controladora
	Movimentação
Saldo em 31/12/23	(2.238)
Provisões	(18.897)
Saldo em 31/12/24	(21.135)
Reversões	21.135
Saldo em 31/12/25	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi registrada a reversão de provisão para perdas no montante de R\$5.813, em razão da efetiva liquidação dos valores anteriormente provisionados. Adicionalmente, no mesmo período, a Administração reverteu R\$15.322, pois firmou acordo de quitação do valor remanescente mediante compensação de passivo

Política contábil

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

6. INVESTIMENTO

	Consolidado		
	31/12/24	Adições	31/12/25
Elea Digital SP1 (1)	10	-	10
Total	10	-	10

	Controladora		
	31/12/24	Adições	31/12/25
Elea Digital SP1 (1)	10	-	10
Elea Digital RJO2 (2)	-	41.099	41.099
Total	10	41.099	41.109

(1) A Elea Digital SP1 S.A. foi constituída como um veículo societário no âmbito da estrutura organizacional do Grupo. Atualmente, a Companhia não possui atividades operacionais, mantendo apenas sua estrutura societária ativa, sem ativos relevantes.

Sua constituição teve como objetivo suportar eventuais operações de corporate finance, incluindo, mas não se limitando, a reorganizações societárias, captação de recursos, estruturação de investimentos e demais transações estratégicas no âmbito do Grupo.

(2) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi adquirida com o objetivo estratégico de viabilizar a aquisição do terreno localizado na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Esse ativo está destinado ao desenvolvimento do projeto "Rio AI City", iniciativa do Grupo voltada à expansão de sua infraestrutura digital.

Ativos e passivos

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a ativos e passivos:

a) Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações SP1 S.A.

	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	10	10

	31/12/25	31/12/24
Ativo	10	10
Capital social	10	10
Patrimônio líquido	10	10

b) Elea Digital Infraestrutura e Redes de Telecomunicações RJO2 Ltda.

	31/12/25
Terrenos	44.867
Ativo	44.867
Impostos e contribuições sociais a pagar	3.768
Passivo	3.768
Capital social	3.056
Reservas de lucros	38.043
Patrimônio líquido	41.099

7. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

7.1. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Ativos de direito de uso		
Edificações	20.558	24.402
Total	20.558	24.402
Passivo de arrendamento		
Circulante	2.416	2.155
Não circulante	23.104	26.124
Total	25.520	28.279

7.2. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação)		
Edificações	2.892	3.856
Despesas com juros (nota 20)	3.261	3.398

7.3. Divulgações adicionais

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade.

Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos médios dos contratos, que é de 10 anos com 12,38% de taxa embutida:

Ativos de direito de uso	Consolidado e Controladora
	Movimentação
Saldo em 31/12/23	15.042
Novação contratual de site*	13.216
Despesa de depreciação	(3.856)

Ativos de direito de uso	Consolidado e Controladora
	Movimentação
Saldo em 31/12/24	24.402
Remensuração	(952)
Despesa de depreciação	(2.892)
Saldo em 31/12/25	20.558

Passivo de arrendamento	Consolidado e Controladora
	Movimentação
Saldo em 31/12/23	16.718
Novação contratual de site*	13.410
Juros provisionados	3.398
Juros pagos	(3.398)
Pagamentos	(1.849)
Saldo em 31/12/24	28.279
Juros provisionados	3.261
Juros pagos	(1.549)
Juros compensados	(1.229)
Principal pago	(888)
Principal compensado	(873)
Principal e juros a pagar	(825)
Remensuração	(656)
Saldo em 31/12/25	25.520
Circulante	2.416
Não circulante	23.104

* refere-se a extensão da vigência do contrato do site de São Paulo.

Política contábil

A Companhia aluga prédios comerciais para manutenção das atividades de seus Data Centers. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- Pagamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros;
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais;
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

Estimativas e premissas contábeis significativas

As premissas relativas às taxas de desconto apropriadas usadas no cálculo do valor presente dos pagamentos dos arrendamentos estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor presente dos arrendamentos poderia ter um efeito material sobre o valor presente estimado do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço patrimonial.

Determinação do prazo de arrendamento - Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma

opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de edifícios, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

8. IMOBILIZADO

Consolidado							
	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Prédios e edificações	Mobiliário	Outros	Em andamento	Total
Saldo em 31/12/23	223.436	48.044	136.664	29.636	2.312	24.574	464.666
Adições e transferências	95.583	86.357	67.479	1.636	4.612	19.869	275.536
Depreciação	(20.886)	-	(4.598)	(7.373)	(389)	-	(33.246)
Saldo em 31/12/24	298.133	134.401	199.545	23.899	6.535	44.443	706.956
Adições e transferências	18.491	44.867	73.751	1.344	21.492	9.828	169.773
Reclassificação de ativo circulante	-	-	-	-	-	7.068	7.068
Depreciação	(38.319)	-	(6.965)	(4.685)	(1.517)	-	(51.486)
Saldo em 31/12/25	278.305	179.268	266.331	20.558	26.510	61.339	832.311
Vida útil (anos)	10-15	N/A	25-40	10-15	5-15	N/A	

Controladora							
	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Prédios e edificações	Mobiliário	Outros	Em andamento	Total
Saldo em 31/12/23	223.436	48.044	136.664	29.636	2.312	24.574	464.666
Adições e transferências	95.583	86.357	67.479	1.636	4.612	19.869	275.536
Depreciação	(20.886)	-	(4.598)	(7.373)	(389)	-	(33.246)
Saldo em 31/12/24	298.133	134.401	199.545	23.899	6.535	44.443	706.956
Adições e transferências	18.491	-	73.751	1.344	21.492	9.828	124.906
Reclassificação de ativo circulante	-	-	-	-	-	7.068	7.068
Depreciação	(38.319)	-	(6.965)	(4.685)	(1.517)	-	(51.486)
Saldo em 31/12/25	278.305	134.401	266.331	20.558	26.510	61.339	787.444
Vida útil (anos)	10-15	N/A	25-40	10-15	5-15	N/A	

Os ativos imobilizados são depreciados pelas suas respectivas vidas úteis, de forma linear. As vidas úteis dos ativos foram definidas com base em avaliação da administração considerando a expertise dos especialistas do corpo técnico da Companhia, responsáveis pela operação de tais ativos.

O montante referente à despesa de depreciação é reconhecido no resultado em "Custos".

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a análise dos indicativos de "impairment", e concluiu não haver necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução a valor recuperável dos itens componentes do seu ativo imobilizado.

Política contábil

Imobilizado – Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Vidas úteis dos bens do ativo imobilizado – A Companhia revisa as vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente no final de cada exercício. Durante o último exercício, como resultado desta avaliação, a Administração estabeleceu que as vidas úteis dos seus bens imobilizados se mantiveram inalteradas quando comparadas com aquelas adotadas no exercício anterior.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de

ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

9. INTANGÍVEL

	Consolidado e Controladora				
	Sistemas de dados*	Ágio**	Relacionamento com cliente***	Em andamento	Total
Saldo em 31/12/23	1.329	6.108	33.929	1.300	42.666
Adições	2.807	-	-	-	2.807
Baixas	-	-	-	(1.300)	(1.300)
Amortização	(799)	-	-	-	(799)
Saldo em 31/12/24	3.337	6.108	33.929	-	43.374
Adições	1.022	-	-	-	1.022
Amortização	(1.105)	-	-	-	(1.105)
Saldo em 31/12/25	3.254	6.108	33.929	-	43.291
Vida útil (anos)	05				

* Estes ativos intangíveis são constituídos de softwares diversos, licenças de backups e serviços de implementação, que são amortizados, de forma linear, pelas suas respectivas vidas úteis.

** O ágio é o ativo que foi reconhecido pela diferença entre o preço de compra e o valor justo líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data de aquisição da UPI Data Center.

*** O relacionamento com cliente, refere-se ao valor atribuído a carte de clientes assumidas na data da aquisição mencionada. Ambas as informações estão de acordo com o laudo de PPA ("Purchase Price Allocation"), emitido na data da transação referida, por especialista independente.

O montante referente à despesa de amortização é reconhecido no resultado em "Custos".

Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Consolidado

Controladora

Esse documento foi assinado por Romulo Carvalho Caputo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse

<https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>



	31/12/25	31/12/25	31/12/24
Faturado	53.626	53.626	14.139
Provisão de fornecedores	5.038	5.038	5.106
Outros passivos	38.099	38.099	-
Total	96.763	96.763	19.245

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
A vencer	19.089	19.089	7.410	
Vencidos até 30 dias	14.835	14.835	3.234	
Vencidos entre 30 e 60 dias	9.612	9.612	2.200	
Vencidos acima de 60 dias	10.090	10.090	1.295	
Total	53.626	53.626	14.139	

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

11. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Debêntures – 4ª emissão (i)	-	-	28.399	
Debêntures – Custo da transação (i)	-	-	(9.990)	
Debêntures – 5ª emissão (iii)	49.246	49.246	-	
Debêntures – Custo da transação (iv)	(5.001)	(5.001)	-	
Empréstimos e financiamentos (ii)	4.444	4.444	154.202	
Empréstimos e financiamentos – Custo da transação (i)	-	-	(12.323)	
Circulante	48.689	48.689	160.288	
Debêntures – 4ª emissão (i)	-	-	518.700	
Debêntures – Custo da transação (i)	-	-	(57.949)	
Debêntures – 5ª emissão (iii)	745.523	745.523	-	
Debêntures – Custo da transação (iv)	(94.230)	(94.230)	-	
Empréstimos e financiamentos (ii)	11.852	11.852	16.296	
Não circulante	663.145	663.145	477.047	
Total	711.834	711.834	637.335	

- (i) Houve um refinanciamento das dívidas com a junção e novação da quarta emissão debêntures e da nota comercial em uma única debenture.
- (ii) Refere-se a: i) R\$ 20.000 de capital de giro emergencial contratado junto ao BNDES liberado para Companhias que atuam no estado do Rio Grande do Sul e foram impactadas pelas chuvas de maio de 2024. A taxa de juros contratada é de 6,56% ao ano, com carência de 6 meses, e; ii) R\$150 milhões de nota comercial, que incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 2,50% (dois e meio por cento) ao ano, com vencimento em 12 meses.
- (iii) Refere-se a quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuída publicamente, e possui vencimento de 7 anos e pagamentos trimestrais. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 3,70% (quatro e meio por cento) ao ano. A remuneração poderá aumentar em até 0,40% ao ano caso a Companhia não cumpra metas associadas aos KPI's de ESG a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- a. Eficiência no Uso de Energia (Power Usage Effectiveness) - "Índice PUE", com a primeira observação em 31 de dezembro de 2029 – PUE de 1,8 e a segunda observação em 31 de dezembro de 2031 – PUE de 1,7;
 - b. Mulheres em cargos de liderança, com a primeira observação em 31 de dezembro de 2027 – 40% dos cargos de liderança ocupados por mulheres e a segunda observação em 31 de dezembro de 2029 - 42% dos cargos de liderança ocupados por mulheres.
- (iv) Esses gastos referem-se a custos da transação associados a emissão da quinta debênture, que foi uma novação e junção da quarta emissão e da nota comercial, e serão amortizados na mesma proporção e prazo.

	Circulante		Não circulante		Após 2029	Total
	2026	2027	2028	2029		
Debêntures 5ª emissão	49.246	38.513	71.100	146.110	489.800	794.769
Empréstimo BNDES	4.444	4.444	4.444	2.964	-	16.296
Custos de emissão a diferir	(5.001)	(18.064)	(23.037)	(21.475)	(31.654)	(99.231)
Total	48.689	24.893	52.507	127.599	458.146	711.834

Do vencimento antecipado

Seguem os principais eventos de inadimplemento, que não foram descumpridos, e que caso não sejam cumpridos acarretarão o vencimento automático das debêntures de quinta emissão:

(a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nos termos da Escritura e/ou dos Contratos de Garantia Real e/ou do Contrato de Fiança, conforme o caso, desde que não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida (sem prejuízo dos Encargos Moratórios);

(b) apresentação, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou por suas respectivas Controladoras (conforme definido abaixo) e/ou Controladas diretas ou indiretas, conforme o caso, (i) de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência (em qualquer caso, independentemente do deferimento e/ou homologação); (ii) de pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iii) de requerimento de antecipação de efeitos do deferimento do processamento de recuperação extrajudicial ou de recuperação judicial prevista no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor ("Lei nº 11.101"); (iv) de proposta de conciliações e mediações antecedentes ou incidentais nos termos do artigo 20-B da Lei nº 11.101, ou, ainda, realizem quaisquer medidas judiciais antecipatórias (ou de qualquer processo similar em outra jurisdição); ou (v) de procedimento similar aos indicados nos itens "i" a "iv" retro em qualquer outra jurisdição;

(c) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou das Controladas e/ou seus respectivos Controladores, conforme o caso;

(d) constituição voluntária, pela Emissora ou pelos Fiadores, conforme o caso, de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, quaisquer ônus ou gravames sobre os bens objeto das Garantias Reais (exceto (1) por aqueles já constituídos no âmbito das Debêntures da 4ª Emissão e das Notas Comerciais da 1ª Emissão; e (2) se realizada pelas Controladas da Emissora que vierem a receber a parcela cindida no âmbito da Cisão Previamente Aprovada, desde que no âmbito de financiamento de projeto relativos aos data centers localizados no Imóvel de São Bernardo do Campo e no Imóvel de Alphaville), que não aqueles constituídos nos termos dos Contratos de Garantia Real, salvo se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(e) venda, alienação, cessão ou qualquer forma de disposição dos ativos objeto das Garantias Reais, salvo se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(f) transformação da Emissora de sociedade por ações em qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

Esse documento foi assinado por Romulo Carvalho Caputo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse

<https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>



(g) declaração de vencimento antecipado de Dívidas Financeiras (conforme abaixo definido), da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas e/ou Controladas, conforme o caso, na qualidade de devedores ou garantidores, em valor individual ou agregado igual ou superior (i) a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas e (ii) exclusivamente no caso da Emissora, após a ocorrência da totalidade do Aumento de Capital, a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas (“Valor de Referência”);

(h) questionamento judicial ou arbitral, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelos seus respectivos acionistas, coligadas, Controladas diretas ou indiretas ou sociedades sob Controle comum, da validade ou exequibilidade desta Escritura, dos Contratos de Garantia Real e/ou do Contrato de Fiança;

(i) inadimplemento de Dívidas Financeiras da Emissora e/ou das Fiadoras Pessoas Jurídicas e/ou Controladas, conforme o caso, na qualidade de devedores ou garantidores, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Referência, conforme aplicável, desde que não sanado no prazo previsto no respectivo instrumento representativo da respectiva Dívida Financeira ou, se não houver, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do inadimplemento;

(j) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou Controladas, conforme o caso, de sentença arbitral ou decisão judicial para a qual não seja obtido tempestivamente ou não seja admissível efeito suspensivo, proferida por autoridade competente contra a Emissora e/ou Controladas e/ou pelo Alba Fund e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Referência, conforme aplicável;

(k) alteração do objeto social da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas que modifique substancialmente suas principais atividades atualmente praticadas, de forma a alterar seu respectivo principal setor de atuação, salvo se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(l) salvo em relação aos pagamentos a serem realizados pela Emissora à Piemonte, no âmbito do “Contrato de Administração Piemonte”, pagamento de quaisquer recursos, mútuos, proventos, dividendos, lucros, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, bonificações em dinheiro e/ou outras formas de distribuição de lucros e remuneração aos acionistas/quotistas da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, caso (a) a Emissora e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, estejam em descumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia Real ou no Contrato de Fiança, conforme aplicável, mesmo que ainda não tendo transcorrido eventual prazo de cura, se houver, ou (b) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Ajustado (conforme definido abaixo), imediatamente antes e/ou depois do referido pagamento, igual ou superior a 1,20x; ou (c) o Índice Financeiro “Dívida Líquida/EBITDA” seja, imediatamente antes e/ou depois do referido pagamento, igual ou superior a 4,5x; ou (d) após efetuada ou previamente a distribuição ou evento similar, fique e/ou esteja em descumprimento com relação a qualquer dos Índices Financeiros, mesmo que ainda não tendo transcorrido eventual prazo de cura, se houver, observado, em qualquer caso previsto acima, que o somatório dos pagamentos permitidos neste item “(l)” não poderá exceder 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social;

(m) venda, cessão ou qualquer forma de alienação de ativos da Emissora, da Elea Holding e/ou das Controladas, conforme aplicável, em operação isolada ou série de operações, que representem, na data das referidas operações, 5% (cinco por cento) ou mais do ativo consolidado da Emissora, da Elea Holding e/ou das Controladas, de acordo com o refletido no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada da Emissora, da Elea Holding e/ou Controladas disponível à época da apuração, exceto (i) se tais ativos forem obsoletos e repostos por ativos de mesma natureza; ou (ii) no caso de alienação de ativos das Controladas da Emissora que vierem a receber a parcela cindida no âmbito da Cisão Previamente Aprovada, no âmbito de financiamento de projeto relativos aos data centers localizados no Imóvel de São Bernardo do Campo e no Imóvel de Alphaville;

(n) venda, cessão ou qualquer forma de alienação de ativos da Piemonte, em operação isolada ou série de operações, que representem, na data das referidas operações, 10% (dez por cento) ou mais do ativo consolidado da Piemonte, de acordo com o refletido no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada da Piemonte disponível à época da apuração, exceto se tais ativos forem obsoletos e repostos por ativos de mesma natureza;

(o) realização, pela Emissora, pelas Controladas, pelos Fiadores, na qualidade de credores, de mútuos ou empréstimos com quaisquer terceiros, exceto, (i) por mútuos concedidos pelos Fiadores para uma sociedade cujo capital seja detido integralmente pela Emissora, pelas Controladas e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) mediante a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(p) cisão, fusão ou incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária (i) da Emissora (exceto (1) mediante a prévia e expressa autorização dos Debenturistas); ou (2) em relação à Cisão Previamente Aprovada; ou (ii) de qualquer Controlada da Emissora (exceto (1) mediante a prévia e expressa autorização dos Debenturistas); ou (2) se em decorrência da referida operação os ativos de tais Controladas diretas ou indiretas forem transferidos à Emissora);

(q) redução de capital da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, ou pela diminuição do valor destas, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;

(r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de suas obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia Real e/ou no Contrato de Fiança, conforme o caso, salvo se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(s) contratação, pela Emissora, pelos Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou pelas Controladas de quaisquer novas Dívidas Financeiras, na qualidade de devedores ou garantidores, salvo (i) se previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) no caso da Emissora, se o valor total tomado junto a agências de fomento (e.g. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), considerando a contratação da referida(s) nova(s) dívida(s), não ultrapassar, de forma individual ou agregada, R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), desde que referida(s) contratação(ões) não causem o descumprimento de quaisquer Índices Financeiros; (iii) no caso da Elea Holding, se a contratação da Dívida Financeira for para integralizar em aumento de capital na Emissora; (iv) no caso da Piemonte, na hipótese de Dívidas Financeiras em valor individual ou agregado igual ou inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); ou (v) no caso das Controladas da Emissora que vierem a receber a parcela cindida no âmbito da Cisão Previamente Aprovada, desde que (i) para fins de financiamento de projeto relativos aos data centers localizados no Imóvel de São Bernardo do Campo e no Imóvel de Alphaville; e (ii) o valor de referido financiamento não exceda 70% (setenta por cento) do CAPEX total da referida Controlada (sendo cada um dos itens “(i)” a “(v)” acima, uma “Dívida Permitida”). Para fins de esclarecimento, as Partes concordam que o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) estabelecido no item (ii) acima deve ser calculado com base no total dos valores tomados junto a agências de fomento, independentemente de quitação ordinária ou antecipada de referidos valores;

(t) transferência direta ou indireta do Controle acionário da Emissora, e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou Controladas, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas. Para que não restem dúvidas, significará a troca de Controle a operação em que (i) a Piemonte e o The Goldman Sachs Group, Inc. (“Goldman”) deixem de figurar no bloco de Controle da Emissora, direta ou indiretamente; (ii) resulte na diminuição da participação total direta ou indireta do Goldman no bloco de Controle da Emissora, para valor inferior a 39,99% (trinta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ou o percentual que venha a deter, após a ocorrência do Aumento de Capital, das ações detidas pelos acionistas que compõem o bloco de Controle da Emissora; e/ou (iii) caso qualquer terceiro que venha a integrar o bloco de Controle da Emissora não seja um fundo de investimento em participação com gestão integralmente discricionária da Piemonte (“FIP Piemonte”);

(u) constituição e/ou outorga, pela Emissora, de qualquer garantia real ou garantia fidejussória, exceto pelos ônus que venham a ser constituídos sobre (i) os imóveis, equipamentos e/ou recebíveis decorrentes dos data centers localizados no Imóvel de São Bernardo do Campo e no Imóvel de Alphaville, em garantia ao Financiamento Acervo Cindindo; e/ou (ii) por quaisquer equipamentos ou imóveis que (1) sejam adquiridos após a Data de Emissão e (2) não sejam parte ou relacionados aos data centers localizados nos Imóveis, sem prejuízo do previsto no item “i” retro.

Seguem os principais eventos de inadimplemento, que não foram descumpridos, e que caso não sejam cumpridos, acarretarão o vencimento não automático das Debêntures de quinta emissão:

(a) descumprimento pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia Real e/ou no Contrato de Fiança, desde que não sanada pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da sua ocorrência (exceto para obrigações que expressamente prevejam a ausência de prazo de cura, possuam prazo de cura específico ou não sejam passíveis de cura);

(b) inclusão no Serasa S.A. (SERASA) ou qualquer outra entidade que realize cadastro de proteção ao crédito ou, ainda, protesto de títulos realizado contra a Emissora e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou Controladas, ainda que na qualidade de garantidor, conforme o caso, com valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor de Referência, conforme aplicável, salvo se, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido protesto a Emissora e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas e/ou as Controladas, tenham comprovado que tal protesto ou inclusão em cadastro (i) foi cancelado(a); ou (ii) teve a sua exigibilidade suspensa;

(c) caso sejam falsas, insuficientes, imprecisas, inconsistentes, desatualizadas ou, incorretas em qualquer aspecto relevante, nas datas em que foram prestadas, quaisquer das declarações e garantias prestadas na Cláusula X desta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia Real e/ou do Contrato de Fiança;

(d) morte, incapacidade total ou parcial, de interdição, condenação criminal em qualquer instância ou prisão (ainda que cautelar ou preventiva) ou impedimento, por qualquer razão de fato ou de direito, do Fiador Pessoa Física, para exercer suas atividades ou administrar seus bens ou negócios;

(e) não realização, até 30 de setembro de 2025, do Aumento de Capital;

(f) caso quaisquer Garantias sejam questionadas por terceiros ou estejam sujeitas a quaisquer atos ou medidas, praticados por terceiros, que objetivem anular, cancelar, suspender, revogar, rescindir ou invalidar as Garantias, exceto se questionado pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, tomarem as medidas judiciais cabíveis, dentro do prazo legal, para obtenção do efeito suspensivo em face de tais questionamentos;

(g) descumprimento pela Emissora, e/ou pelos Fiadores e/ou pelas Controladoras da Emissora, qualquer das Controladas e/ou Coligadas da Emissora ("Afiladas"), e/ou por seus respectivos administradores, acionistas ou sócios com poderes de administração, funcionários, agindo em nome ou em favor da Emissora e/ou dos Fiadores ("Representantes") das Leis Anticorrupção, bem como passar a constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas ("CEIS") ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas ("CNEP");

(h) constituição, por medida judicial ou ato de autoridade governamental, de quaisquer ônus ou gravames sobre os bens objeto das Garantias Reais, desde que não efetivamente sanada a referida constrição em até 10 (dez) Dias Úteis contados da decisão de constituição de tal ônus ou gravame sob os bens outorgados em garantia;

(i) interrupção ou suspensão das atividades desenvolvidas pela Emissora, por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados em um período de 12 (doze) meses;

(j) descumprimento pela Emissora e/ou pelos Fiadores e/ou pelas Afiladas e/ou pelos Representantes da legislação e regulamentação trabalhista, social, previdenciária, ambiental, incluindo, sem se limitar, conforme aplicável, aquela pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis e as demais legislações supletivas de cunho trabalhista (em conjunto com as leis que versam sobre qualquer tipo de discriminação, trabalho infantil, trabalho escravo ou análogo, incentivo à prostituição e direitos da população indígena), bem como às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social (a "Legislação Socioambiental");

(k) não realização do protocolo dos Termos de Liberação e dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis no prazo previsto na Cláusula 3.8.1.2 acima;

(l) não realização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 4ª e das Notas Comerciais da 1ª Emissão no prazo previsto na Cláusula 3.2.2 acima;

(m) caso a somatória dos valores constantes dos Laudos de Avaliação (conforme definido nos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis) dos Imóveis preparados nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, conforme aplicável, indique um valor de mercado agregado inferior a: (i) R\$443.635.200,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil e duzentos reais) até a verificação da Condição Resolutiva (exclusive), e (ii) R\$145.627.200,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil e duzentos reais) após a verificação da Condição Resolutiva (inclusive);

(n) declaração de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura e/ou dos Contratos de Garantia Real e/ou do Contrato de Fiança e/ou de qualquer de suas disposições que afetem o pagamento da Remuneração das Debêntures, por decisão judicial, para a qual a Emissora não tenha obtido decisão com efeito suspensivo, (i) no prazo legal ou (ii) no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data (1) em que a Emissora tomar conhecimento e/ou (2) da data de publicação da referida decisão ou sentença, o que ocorrer primeiro entre (i) e (ii);

(o) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos previstos nesta Escritura;

(p) sem prejuízo do previsto no item “(t)” da Cláusula 6.1.1.1 acima, caso o Goldman deixe de deter, direta ou indiretamente, ao menos 39,99% (trinta e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) ou o percentual que venha a deter, após a ocorrência do Aumento de Capital, das ações detidas pelos acionistas que compõem o bloco de Controle da Emissora, do capital social total e votante da Emissora, exceto em decorrência de aumentos de capital realizados na Emissora exclusivamente pela Piemonte ou pelo FIP Piemonte, com relação aos quais o Goldman não exerça seu direito de preferência;

(q) descumprimento pela Emissora, até o vencimento das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, a serem calculados pela Emissora e acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras do Exercício (conforme abaixo definidas) (“Índices Financeiros”), Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a: i) 6,0 em 31 de dezembro de 2025 e de 2026; ii) 5,5 em 31 de dezembro de 2027; iii) 5,0 em 31 de dezembro de 2028, e; iv) 4,5 em 31 de dezembro de 2029 e exercícios subsequentes.

Cálculo do indicador financeiro	31/12/25
(+) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	33.677
(-) Debêntures 5ª emissão (Nota 11)	(794.769)
(-) Empréstimo BNDES (Nota 11)	(16.296)
(-) Parcelamentos tributários (Nota 12)	(1.552)
(-) Obrigação na aquisição de investimento (Nota 13)	(14.526)
Dívida líquida	(793.466)
Resultado do exercício	(72.945)
(+) Depreciação e amortização (Notas 7, 8 e 9)	56.439
(+) Resultado financeiro, líquido (Nota 20)	154.801
(+/-) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21)	(379)
EBITDA Contábil	137.916
(+/-) Arrendamento pago (Nota 7)	(2.437)
EBITDA Covenant	135.479
Dívida líquida/EBITDA	5,86x
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	
(+) EBITDA	135.479
(+) Caixa e equivalentes de caixa do período anterior (Nota 4)	98.150
(-) Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(125.928)

Cálculo do indicador financeiro	31/12/25
Somatório 1 = A	107.701
(+) Juros e principal das debêntures pagos em FY25 – 5ª emissão	43.155
(+) Juros e principal de empréstimos pagos em FY25 – BNDES	4.985
Somatório 2 = B	48.140
ICSD = A/B	2,23

Política contábil

A Companhia registra seus empréstimos e financiamentos obtidos com base no custo amortizado usando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se, e somente se, esses custos forem relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Não houve juros capitalizados nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Impostos e contribuições a recuperar

Impostos e contribuições a recuperar	Consolidado		Controladora
	31/12/25	31/12/25	31/12/24
Imposto de renda	1.800	1.800	10.835
Contribuição social	39	39	1.321
Pis e Cofins	6.284	6.284	135
Outros impostos a recuperar	2.031	2.031	2.011
Total	10.154	10.154	14.302

b) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Circulante		
Pis e Cofins	8.142	1.917
ISS	554	483
Parcelamentos fiscais	651	496
Imposto de renda e contribuição social	3.063	880
Outros impostos a recolher	3.997	486
Total	16.407	4.262
Não Circulante		
Parcelamentos fiscais	901	349
Total	901	349
Total	17.308	4.611

Impostos e contribuições a recolher	Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Circulante		
Pis e Cofins	8.142	1.917
ISS	554	483

Impostos e contribuições a recolher	Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Parcelamentos fiscais	651	496
Imposto de renda e contribuição social	3.063	880
Outros impostos a recolher	229	486
Total	12.639	4.262
Não Circulante		
Parcelamentos fiscais	901	349
Total	901	349
Total	13.540	4.611

13. OBRIGAÇÕES NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Índice	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Obrigações a pagar – Grupo Oi S.A.	IGP-DI + 5%	-	-	32.830
Obrigações a pagar – Outros	IPCA + 4%	14.526	14.526	23.855
Total		14.526	14.526	56.685

A obrigação a pagar à Oi, conforme explicado na nota explicativa 1, é referente à aquisição da Drammen, a UPI Data Center do Grupo Oi, que veio a se tornar posteriormente a Elea. Em setembro de 2025, a Administração efetuou um acordo com o Grupo Oi e realizou a compensação dos saldos devidos com contas a receber atrasados.

A obrigação a pagar a outros refere-se ao saldo a pagar ao grupo Globo pela aquisição do RJO1.

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Curto prazo	5.508	5.508	-	-
Total	5.508	5.508	-	-

Os saldos recebidos a título de adiantamento de clientes estão sendo amortizados respeitando os respectivos prazos contratuais, sendo faturados mensalmente e compensados com o adiantamento recebido.

15. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não é ré primária em quaisquer contingências prováveis e/ou possíveis para divulgação. Entretanto, a Companhia é devedora subsidiária (inclusive, junto a outras empresas que também constam como devedoras subsidiárias) em contingências trabalhistas onde os réus principais são empresas prestadoras de serviço para a Companhia. Caso haja condenação e não cumprimento de sentença por parte destas empresas, a Companhia poderá ser executada. Abaixo, segue o quadro resumo destas contingências em que a Companhia é devedora subsidiária e respectivo prognóstico:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/25	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Provável	1.215	1.215	608	608
Possível	702	702	444	444
Remoto	574	574	235	235
Total	2.491	2.491	1.287	1.287

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) em consequência de um evento passado, seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estimativas e premissas contábeis significativas

Provisão para riscos – A Companhia reconhece a provisão para riscos, relacionados a causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Custos e despesas

	31/12/25	31/12/24
Serviços de administração – Piemonte Holding	(33.166)	(22.806)
Despesas gerais e administrativas – Piemonte Holding	(2.483)	(3.064)
Total	(35.649)	(25.870)

Os serviços de administração são contratados da Piemonte Holding, Controladora final, com base nos custos incorridos com cessão de mão-de-obra e serviços administrativos.

16.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração da Companhia inclui: os Diretores e o Conselho de Administração. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração foi efetuada pela controladora final do Grupo, a Piemonte Holding de Participações S.A., através do Contrato de Administração envolvendo a Companhia e a Piemonte.

O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação de seus serviços está apresentado a seguir:

	31/12/25	31/12/24
Remuneração	3.461	2.866
Benefício de curto prazo	332	300
Total	3.793	3.166

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital subscrito e integralizado e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a emissão de 10.948.437 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, pelo preço de emissão global de R\$218.968. Do preço total, o montante de R\$ 10.948 foi destinado à conta de capital social, passando o capital social da Companhia de R\$63.772 para R\$ 74.720 e o remanescente, no montante de R\$ 208.020, destinado à conta de reserva de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$74.720, divididos em 74.720.161 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo sua totalidade de posse da Elea Holding de Participações S.A.

17.2. Custo de emissão de ações

Referem-se aos custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais, que estão sendo contabilizados em conta redutora do patrimônio líquido, conforme determina o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os custos registrados nesta rubrica referem-se a: i) taxas e comissões, ii) custos de estruturação e iii) remuneração de serviços profissionais de terceiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo correspondente ao custo de emissão de ações era de R\$ 22.584 e está apresentado líquido na conta de reserva de capital.

17.3. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em aberto durante o período, excluindo as mantidas em tesouraria. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(72.945)	(10.539)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	74.720	74.720
Prejuízo básico por ação – Valores em R\$	(0,976)	(0,141)

Política contábil

Capital Social – As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Distribuição de dividendos – A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, conforme determinado pela lei das sociedades por ações para o dividendo mínimo obrigatório. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

18. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2025		2025	2024
Reconciliação				
Receita operacional bruta	244.145		244.145	180.749
Impostos sobre a receita operacional	(23.709)		(23.709)	(18.292)
Total da Receita líquida	220.436		220.436	162.457
Serviços prestados por natureza				
Serviços de <i>colocation</i>	190.466		190.466	150.105
Serviços de <i>hosting</i>	11.452		11.452	14.803
Serviços de interconexão	13.894		13.894	9.103
Demais prestações de serviços	28.333		28.333	6.738
Total da Receita Bruta	244.145		244.145	180.749
Impostos sobre a receita operacional				
Pis e Cofins	(21.476)		(21.476)	(16.639)
ISS	(2.167)		(2.167)	(1.611)
ICMS	(66)		(66)	(42)
Total dos Impostos sobre a receita operacional	(23.709)		(23.709)	(18.292)

As receitas são reconhecidas ao longo do tempo do contrato com o cliente, mediante o atendimento das obrigações de performance.

Política contábil

Esse documento foi assinado por Romulo Carvalho Caputo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse

<https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>



A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	2025		2025	2024
Energia elétrica	(27.571)		(27.571)	(20.906)
Serviços de manutenção e monitoramento de planta	(32.550)		(32.550)	(26.232)
Serviços de IT	(5.269)		(5.269)	(5.854)
Condomínio e IPTU	(3.829)		(3.829)	(2.780)
Depreciação e amortização	(56.439)		(56.439)	(37.902)
Serviço de terceiros	(22.418)		(22.418)	(18.691)
Impostos, taxas e anuidades	(513)		(513)	(361)
Ganho por compra vantajosa	-		-	71.583
Baixa de contas a receber	-		-	(10.800)
(Provisão)/Reversão de PECLD	21.135		21.135	(18.897)
Baixa de ativo fixo	(69)		(69)	-
Demais receitas e (despesas)	(11.436)		(11.436)	(6.242)
Total	(138.959)		(138.959)	(77.082)
Classificados como:				
Custos operacionais	(128.433)		(128.433)	(93.809)
Despesas gerais e administrativas	(13.242)		(13.242)	(54.856)
Outras receitas e (despesas)	2.716		2.716	71.583
Total	(138.959)		(138.959)	(77.082)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2025		2025	2024
Aplicação financeira	7.600		7.600	12.981
Outras receitas financeiras	863		863	1.774
Total de receitas financeiras	8.463		8.463	14.755
Juros sobre arrendamentos	(3.261)		(3.261)	(3.398)
Juros sobre debêntures	(111.285)		(111.285)	(83.946)
Juros sobre empréstimos	(16.962)		(16.962)	(499)
Amortização do custo de transação das debêntures	(389)		(389)	(2.509)
Amortização do custo de transação dos empréstimos	(12.772)		(12.772)	-
Juros sobre obrigação de investimentos	(8.482)		(8.482)	(3.021)
Outras despesas financeiras	(10.113)		(10.113)	(2.483)
Total de despesas financeiras	(163.264)		(163.264)	(95.856)
Total de resultado financeiro líquido	(154.801)		(154.801)	(81.101)

Política contábil

Receita financeira – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

21. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os valores contabilizados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão discriminados a seguir.

Imposto de renda e contribuição social corrente	
Lucro antes do IR e CS em 2024	4.274
Remuneração de conselheiros	994
Despesas não dedutíveis	120
Provisões	1.156
Despesas de arrendamento (IFRS 16)	2.007
Provisão para PECLD	18.897
Ganho por compra vantajosa	(71.583)
Amortização do ganho por compra vantajosa	9.188
Prejuízo apurado no lucro real	(34.947)
Prejuízo antes do IR e CS em 2025	(73.324)
Remuneração de conselheiros	1.159
Despesas não dedutíveis	(1.550)
Provisões	5.431
Despesas de arrendamento (IFRS 16)	845
Reversão de provisão para PECLD	(21.135)
Amortização do ganho por compra vantajosa	22.000
Prejuízo apurado no lucro real	(66.574)

Imposto de renda e contribuição social diferido	
Em 31 de dezembro de 2024	
Ganho por compra vantajosa	(111.252)
Transferência da amortização da compra vantajosa para o Lado A	24.463
Provisão para PECLD	21.135
Total de base de IRPJ/CSLL diferidos, líquido	65.654
IRPJ diferido total, líquido	(16.414)
CSLL diferido total, líquido	(5.909)
IRPJ e CSLL total	(22.323)
Saldo registrado em 31/12/23, líquido	(7.510)
IRPJ/CSLL diferida apurada em 31/12/24	(14.813)
IRPJ/CSLL diferido em 31 de dezembro de 2024	(22.323)

Imposto de renda e contribuição social diferido	
Em 31 de dezembro de 2025	
Ganho por compra vantajosa	(111.252)
Transferência da amortização da compra vantajosa para o Lado A	46.714
Total de base de IRPJ/CSLL diferidos passivo	(64.538)

IRPJ diferido total	(16.135)
CSLL diferido total	(5.808)
IRPJ e CSLL total	(21.943)
Saldo registrado em 31/12/24, líquido	(22.322)
IRPJ/CSLL diferida apurada em 31/12/25	379
IRPJ/CSLL diferido em 31 de dezembro de 2025	(21.943)

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Administração não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa acumulados, além do valor recuperável estimado pela Companhia de 10 anos, considerando futuro previsível pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que possa utilizar os benefícios destes. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributável vigente.

Política contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente calculados com base no regime de lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de imposto sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de quitar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

22. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A estratégia da Companhia é focada na otimização dos resultados a qual contempla a otimização de suas operações. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Ativos ao custo amortizado		

Esse documento foi assinado por Romulo Carvalho Caputo. Para validar o documento e suas assinaturas acesse

<https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>



Ativos financeiros	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	33.677	98.150
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	28.293	28.774
Total	61.970	126.924

Passivos financeiros	Consolidado e Controladora	
	31/12/25	31/12/24
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	96.763	19.245
Passivos de arrendamento	25.520	28.279
Debêntures não conversíveis	794.769	547.099
Empréstimos e financiamentos	16.296	170.498
Obrigação na Aquisição de Investimentos	14.526	56.685
Total	947.874	821.806

23.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, e investimento de excedentes de caixa.

23.2. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 33.677 (R\$ 98.150 em 31 de dezembro de 2024) para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são quitados em uma base líquida pela Companhia, os vencimentos dos passivos financeiros estão dentro de um período de um ano a partir da data dos balanços. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

Vencimentos em menos de um ano	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Fornecedores e outras obrigações	96.763	19.245
Obrigação na aquisição de investimentos	14.526	24.328
Debêntures e empréstimos	53.690	182.601

23.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	(33.677)	(98.150)
Passivo circulante	184.861	216.744
Passivo não circulante	709.093	558.199
Dívida líquida	860.277	676.793
Total do patrimônio líquido	(87.817)	(160.764)
Capital total	(87.817)	(160.764)
Índice de alavancagem financeira	9,79	4,20

	Controladora	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	(33.677)	(98.150)
Passivo circulante	181.093	216.744
Passivo não circulante	709.093	558.199
Dívida líquida	856.509	676.793
Total do patrimônio líquido	(87.817)	(160.764)
Capital total	(87.817)	(160.764)
Índice de alavancagem financeira	9,75	4,20

23.4. Sensibilidade à exposição

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 48, preparou uma análise de sensibilidade sobre suas debêntures, obrigações de aquisição de investimentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de taxas de juros e índices flutuantes. Ressalta-se que a Companhia não está exposta ao risco cambial.

O cenário base provável para dezembro de 2025, foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil do dia 06/03/2026) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 2026 e as vigentes em dezembro de 2025. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes consideradas no cenário provável.

Índices	Taxa vigente em 31/12/25	Cenário provável (focus)	Cenário possível +Δ 25%	Cenário remoto +Δ 50%	Cenário possível -Δ 25%	Cenário remoto -Δ 50%
CDI / SELIC	15,00%	12,13%	15,16%	18,20%	9,10%	6,07%
IPCA	4,26%	3,91%	4,89%	5,87%	2,93%	1,96%
IGP-DI	-1,20%	3,19%	3,99%	4,79%	2,39%	1,60%

Ativos/passivos	Índice	31/12/25	Cenário provável (focus)	Cenário possível +Δ 25%	Cenário remoto +Δ 50%	Cenário possível -Δ 25%	Cenário remoto -Δ 50%
Ativo							
Aplicações financeiras	106% CDI	32.668	36.631	37.621	38.612	35.640	34.649
Passivo							
Debêntures	100% CDI + 5%	794.769	891.174	915.276	939.377	867.073	842.972
Obrigações de investimento	IPCA + 4%	14.526	15.094	15.236	15.378	14.952	14.810

23.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos são contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2025, não há ativos ou passivos a valor justo a serem demonstrados na classificação mencionada acima.

Política contábil

Classificação – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e desreconhecimento – Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração – No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment – A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros – Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de quitá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

24. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices de seguro contratadas com terceiros que a Companhia possui são as seguintes:

Natureza do seguro	Seguradora	Vigência até	Valor segurado
Cyber	AIG	10/2026	R\$30 milhões
Erros e Omissões	Zurich	10/2026	R\$3 milhões
D&O	Swiss Re	07/2026	R\$50 milhões
Riscos Operacionais	Generali	10/2026	R\$290 milhões
Responsabilidade Civil	Tokio Marine	09/2026	R\$100 milhões

25. COMPROMISSOS

Gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	2025
Aquisições de ativos	12.817
Custos e despesas operacionais	11.576
Serviços de TI	262
Total	24.655

Os compromissos por ano de vencimento podem ser assim apresentados:

	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Aquisições de ativos	55.781	-	-	-	55.781
Custos e despesas operacionais	6.052	1.891	821	528	9.292
Serviços de TI	922	653	596	926	3.097
Total	62.755	2.544	1.417	1.454	68.170



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Romulo Carvalho Caputo (CPF ***.430.257-**) em 31/03/2026 22:20 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
179.164.6.15	Não disponível
Autenticação	rom*****@mcsmarkup.com.br
Email verificado	
n1dBHPuqyX+47HCAKSQQ6gEtrNqKd9xfb594C6rL9RI=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.wesign.com.br/validate/Z9V4N-Q8QKC-TR97W-CLBUW>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.wesign.com.br/validate>